SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.20396/rdbci.v25i00.8684096

Da teoria à prática em política de indexação: a elaboração de manual de indexação para um sistema de bibliotecas universitárias

Isadora Victorino Evangelista Geroto, Milena Polsinelli Rubi

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

Submetido em: 2026-09-15
Postado em: 2026-09-15 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

From theory to practice in indexing policy: developing an indexing manual for a university library system

Isadora Victorino Evangelista Geroto
Universidade Federal de São Carlos, São Carlo, SP, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4682-9813

Milena Polsinelli Rubi
Universidade Federal de São Carlos, São Carlo, SP, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4414-1767

ABSTRACT
Introduction: Thematic representation constitutes an essential element of Knowledge Organization, with indexing responsible for identifying and describing document subjects to enable their retrieval. However, the subjectivity inherent to this process, combined with the plurality of librarians involved in subject treatment in university libraries, poses challenges to the consistency of representation, especially in the absence of normative instruments. Objective: This article aims to report and analyze the process of collectively developing the Indexing Manual of the Integrated Library System of the Federal University of São Carlos (SIBi-UFSCar). Methodology: This is a qualitative and descriptive study, structured as an experience report. The Manual was developed by the Indexing Working Group (GT-I), linked to the Technical Chamber for Information Treatment, through periodic meetings that combined theoretical foundations with the daily practice of cataloging librarians. Results: The document establishes guidelines regarding subject coverage, exhaustivity and specificity, documentary languages, and MARC fields used in the Pergamum catalog, with improvements observed in decision-making agility and in the consistency of subject authority records. Challenges persist in indexing specific or emerging topics, reinforcing the need for continuous updating of the instrument. Conclusions: It is concluded that the collaborative development of the Manual contributed to standardizing indexing practice at SIBi-UFSCar, and may serve as a reference for other university libraries interested in systematizing their indexing policies.

KEYWORDS
Indexing policy. Thematic representation. Subject cataloguing. University libraries.

Da Teoria à prática em política de indexação: a elaboração de manual de indexação para um sistema de bibliotecas universitárias

RESUMO
Introdução: A representação temática constitui elemento essencial na Organização do Conhecimento, sendo a indexação responsável por identificar e descrever os assuntos dos documentos de modo a viabilizar sua recuperação. Contudo, a subjetividade desse processo, associada à pluralidade de bibliotecários envolvidos no tratamento temático em bibliotecas universitárias, impõe desafios à consistência da representação, sobretudo diante da ausência de instrumentos normativos. Objetivo: Este artigo tem como objetivo relatar e analisar o processo de elaboração coletiva do Manual de Indexação do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (SIBi-UFSCar). Metodologia: Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva, configurada como relato de experiência. A construção do Manual foi conduzida pelo Grupo de Trabalho para Indexação (GT-I), vinculado à Câmara Técnica de Tratamento da Informação, por meio de reuniões periódicas que articularam fundamentação teórica e prática cotidiana das bibliotecárias catalogadoras. Resultados: O documento estabelece diretrizes quanto à cobertura temática, exaustividade e especificidade, linguagens documentárias e campos MARC utilizados no catálogo Pergamum, o que permitiu melhorias na agilidade decisória e na consistência das autoridades de assunto. Persistem desafios na indexação de temas específicos ou emergentes, reforçando a necessidade de atualização contínua do

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

instrumento. Conclusões: A elaboração colaborativa do Manual contribuiu para a padronização da prática indexadora no SIBi-UFSCar, podendo servir de referência para outras bibliotecas universitárias interessadas na sistematização de suas políticas de indexação.

PALAVRAS-CHAVE
Política de indexação. Representação temática. Catalogação de assuntos. Bibliotecas universitárias.

1 INTRODUÇÃO

A representação temática constitui um dos alicerces da Organização do Conhecimento, estabelecendo a distinção entre a descrição física e o tratamento do conteúdo informacional. Nesse panorama, a indexação consolida-se como o processo primordial para identificar e descrever o assunto dos documentos por meio de termos que assegurem a eficácia na recuperação da informação. Entretanto, a natureza intrinsecamente subjetiva dessa atividade, passível de variações entre diferentes profissionais diante de uma mesma obra, impõe desafios contínuos à manutenção da consistência dos catálogos.

No âmbito das bibliotecas universitárias, tal complexidade é potencializada pelo perfil especializado da comunidade de usuários, formada por pesquisadores e estudantes, bem como pela pluralidade dos acervos localizados em diferentes bibliotecas, sendo tratados simultaneamente por diferentes bibliotecários.

A busca por informações no catálogo *online* do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar (SIBi-UFSCar) demanda níveis de precisão e revocação condizentes com o perfil dos usuários. A falta de padronização na atribuição de palavras-chave pelo bibliotecário frequentemente acarreta ruídos ou silêncio, prejudicando o desempenho do sistema de recuperação da informação.

Com o intuito de minimizar esses impactos, a política de indexação configura-se como um instrumento gerencial indispensável. Ela sistematiza as decisões institucionais que norteiam os procedimentos do bibliotecário em relação à análise, síntese e representação, visando garantir a uniformidade da representação da informação e, consequentemente, melhorando sua recuperação.

No contexto do SIBi-UFSCar, a busca por rotinas padronizadas culminou na implementação da Câmara Técnica em Tratamento da Informação (CT-TI), órgão mediador entre as concepções teóricas e a prática da equipe de bibliotecários catalogadores. Tal iniciativa buscou suprir a carência de manuais normativos e reduzir a dependência de critérios individuais que historicamente resultam em disparidades na representação temática.

Considerando essa realidade, o presente estudo tem como objetivo relatar e analisar o processo de elaboração coletiva de um manual de indexação voltado à prática bibliotecária do SIBi-UFSCar que certamente poderá contribuir para outras bibliotecas universitárias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Indexação

A Organização do Conhecimento, enquanto um campo que se preocupa com a descrição e representação dos registros informacionais, divide-se em duas vertentes complementares: a representação descritiva, que se vale dos aspectos físicos do documento para descrição em catálogos; e a representação temática, em que, a partir

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

dos assuntos dos documentos são atribuídos classificações e termos de indexação (Hjørland; Gnoli, 2018).

Nesse contexto, a indexação demonstra-se ser um elemento essencial na recuperação da informação. Em sua definição normativa, a norma 12676 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece a indexação como o "[...] ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação" (ABNT, 2026, p. 2). Embora sintética, a definição faz referência aos dois estágios fundamentais previstos nesse processo: a análise do documento, de modo a compreender os assuntos trabalhados na obra e a identificação de conceitos, que serão posteriormente, representados por meio de uma linguagem documentária.

Lancaster (2004) compreende a indexação como o processo em que se identificam os assuntos abordados no documento, que serão posteriormente convertidos em termos de indexação que funcionarão como pontos de acesso para o usuário. Segundo o autor, esse é um processo subjetivo, uma vez que o mesmo documento poderá ser indexado de modo diferente por diferentes indexadores ou ainda, pelo mesmo indexador em momentos diferentes.

Fujita (2003), por sua vez, retomando a conceituação do *World Information System for Science and Technology* (UNISIST), ressalta que a indexação se caracteriza como o ato de identificar e descrever um documento a partir dos termos de seu conteúdo, que são retirados do texto original em posteriormente, traduzidos por meio de uma linguagem de indexação. Esse processo se desenvolve por meio de duas operações básicas: o estágio analítico, em que se realiza a compreensão do texto como um todo e a representação desses conceitos por meio de uma tradução para uma linguagem controlada.

Percebe-se, portanto, que a estruturação do processo de indexação pode se alterar de acordo com a perspectiva teórica adotada, mas observa-se uma convergência em relação às suas etapas iniciais, constituídas como: análise conceitual, em que por meio de uma leitura técnica dos elementos de maior conteúdo informacional do documento, como título, resumo e sumário, determina-se quais são os conceitos relevantes para aquele registro; identificação e representação temática, que envolve a conversão da análise conceitual em termos de uma linguagem documentária.

Embora comumente os teóricos adotem essa última fase como única, para a ABNT 12676 (2026) ela se desdobra em duas. A identificação de conceitos consiste em uma abordagem sistemática do documento, em que se realizam perguntas ao registro, como, por exemplo: "a) de qual assunto trata o documento? b) Como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, entre outros? c) O assunto contém uma ação, uma operação ou um processo? d) O documento trata do agente dessa ação, processo, entre outros?" (ABNT, 2026, p. 7).

Após a fase de identificação, passa-se então à seleção dos conceitos considerados mais apropriados para aquele documento, levando sempre em consideração a comunidade de pessoas usuárias daquele acervo. Nesse momento, o indexador realiza a tradução para utilizar descritores previstos em uma linguagem documentária e, para o caso de não se encontrar termos representativos sobre aquele assunto, deve-se utilizar documentos especializados para que se inclua a representação mais adequada. Além disso, a norma sugere a consulta aos especialistas na área sempre que necessário (ABNT, 2026).

Neste momento, torna-se importante ressaltar que, no âmbito da Organização do Conhecimento, embora os termos linguagem documentária, linguagem de indexação e vocabulário controlado sejam frequentemente tratados como sinônimos ou

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

equivalentes, sua distinção reside em diferentes influências teóricas e abrangências conceituais.

Sobre isso, apontamos a afirmação de Fujita *et al.* (2018, p. 24)

> Evidencia-se, dessa forma, a possibilidade de existência de correntes teóricas como outro componente aliado à questão terminológica, o qual delimita as áreas de conhecimento, como é o caso do termo 'linguagem documentária', adotado pela linha de tradição francesa, e do termo 'linguagem de indexação', utilizado pela linha anglo-saxã.

Inclui-se também nesta última corrente o termo "vocabulário controlado" (Lancaster, 2004).

De acordo com Maculan, Dias e Lara (2020), a linguagem documentária é conceituada como um sistema de símbolos que exerce a função de mediação, sinalizando o conteúdo dos documentos e servindo como ponte entre a linguagem do sistema e a da comunidade de usuários.

O vocabulário controlado consiste em uma lista autorizada de termos estruturados segundo relações semânticas, cuja função principal é controlar sinônimos, diferenciar homógrafos e reunir termos cujos significados se relacionam entre si. Para cumprir essa função, tal lista deve obedecer a regras que orientem tanto o processo de indexação quanto o momento da busca, conferindo consistência à representação temática. Trata-se de uma linguagem artificial construída a partir da linguagem natural, mas que dela se distancia ao buscar reduzir a ambiguidade, característica essa inerente à linguagem comum e fonte de grande complexidade nos sistemas de recuperação da informação (Cleveland; Cleveland, 2001; Lancaster, 2004).

A linguagem de indexação caracteriza-se como instrumento que media a representação e a recuperação da informação. Esse movimento consiste em transpor os assuntos expressos em linguagem natural para uma linguagem controlada, gerando pontos de acesso que remetem ao documento de origem (Lancaster, 2004). Borko e Bernier (1978) denominam esses termos como "*guide words*" e reforçam que essa tradução é necessária para que se estabeleça relações entre os documentos apresentados e que posteriormente serão recuperados pelo sistema, além de se evitar que haja a dispersão entre termos ou conceitos similares sendo representados sob termos distintos.

Dessa forma, podemos considerar que os termos não são sinônimos porque um descreve o conjunto de termos (vocabulário controlado), outro o sistema de aplicação para recuperação (linguagem de indexação) e o terceiro o paradigma teórico de mediação da informação (linguagem documentária).

Para este estudo, a fim de manter uniformidade terminológica e clareza teórica, será adotado preferencialmente o termo linguagem de indexação, compreendida aqui como um instrumento de controle terminológico (seja ele uma lista de cabeçalhos de assunto ou um tesauro) que exerce a função de mediação e tradução entre a linguagem do sistema e a linguagem do usuário, visando a precisão na recuperação da informação. No entanto, ressalta-se que, nas citações e nos nomes próprios dos vocabulários controlados, serão mantidas as terminologias adotadas originalmente.

Lancaster (2004) aponta como principais características de uma linguagem de indexação: representar conceitualmente um assunto e orientar o usuário no índice; aproximar-se, tanto quanto possível, da linguagem natural; empregar frases pré-coordenadas; exercer controle de sinônimos; definir termos ambíguos quando necessário; e dispor de notas remissivas.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

O autor afirma ainda que alguns fatores podem afetar a qualidade da indexação, como os ligados ao: indexador: conhecimento dos assuntos, compreensão, apresentação e sumarização, extensão e exaustividade temática; documento: língua, linguagem, extensão documental e apresentação do sumário do índice; vocabulário: especificidade, ambiguidade, qualidade da estrutura e disponibilidade de instrumentos auxiliares afins; ambiente: produtividade exigida, intenção de indexadores, conteúdo temático em língua inglesa e extensividade (Lancaster, 2004).

Com base nos *Principles Underlying Subject Heading Languages*, documento publicado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), Mendes e Simões (2002) propõem um conjunto de princípios orientadores para uma indexação de qualidade. Entre eles destacam-se: a análise fiel do conteúdo, que implica representar com rigor aquilo que o autor expõe; a seleção de termos adequados à comunidade usuária para representar os conceitos identificados; e a observância de critérios como coerência e uniformidade ao longo do processo. As autoras enfatizam que a escolha dos termos constitui, nessa operação, uma decisão de natureza terminológica, que deve ser conduzida com precisão.

Um importante documento que preza por garantir a qualidade da indexação e que é construído de modo a melhor orientar o processo realizado pelos profissionais indexadores é a política de indexação, que será melhor descrita na próxima seção.

2.2 Política de Indexação

A política de indexação constitui um dos instrumentos centrais para a gestão da representação temática da informação em sistemas documentários. De acordo com Fujita (2012), esse documento caracteriza-se enquanto um conjunto de decisões que pretende esclarecer os interesses e os objetivos de uma unidade de informação, determinando a respeito da consistência dos procedimentos de indexação, assim como a delimitação da cobertura temática e os critérios quantitativos e qualitativos adotados no momento da representação. A autora evidencia que a política de indexação não se resume a um conjunto de regras técnicas, mas envolve uma dimensão institucional e cultural que articula os objetivos do sistema às práticas dos profissionais e às necessidades da comunidade usuária.

O artigo de Carneiro (1985) é considerado um marco teórico na área, pois foi o primeiro a sistematizar os principais elementos e variáveis de uma política de indexação no contexto brasileiro, estabelecendo as bases teóricas sobre as quais os estudos subsequentes se desenvolveram. Para a autora, as políticas de indexação são guias para a tomada de decisões no planejamento de sistemas de recuperação da informação, com o objetivo de garantir que qualquer informação seja fornecida ao usuário no momento preciso e da maneira mais eficiente e econômica possível. Em seu entendimento, tais políticas têm como propósito definir as variáveis que afetam o desempenho do sistema, estabelecer critérios e princípios que orientem a tomada de decisões e promover a racionalização dos processos e a consistência das operações de tratamento da informação.

Em suas diretrizes, a autora afirma que, como requisitos para o estabelecimento de uma política de indexação, faz-se necessário considerar as características e objetivos da unidade de informação, as necessidades informacionais de seu público usuário, além dos recursos disponíveis, sendo eles humanos, materiais e financeiros. Nesse contexto, Carneiro (1985) ressalta a importância do estudo de usuários como uma ferramenta expressiva para identificação desses elementos.

Segundo Guimarães (2004), a política de indexação é uma decisão gerencial, que permite que a pessoa usuária e o documento deixem de ser apenas sujeito e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

objeto, mas que se tornem dois sujeitos que interagem entre si. Para o autor, a representação temática produzida pelo indexador não é uma atividade isolada, mas parte integrante de um projeto institucional mais amplo de organização e acesso à informação. Nesse contexto, a definição da política pressupõe dois elementos fundamentais: a interdependência de seus elementos estruturantes e sua avaliação constante, uma vez que é um trabalho retroalimentável no tempo e espaço em que ela está inserida.

De acordo com Rubi (2012), a política de indexação pode ser concebida como diretrizes administrativas responsáveis por orientar as tomadas de decisão que permitem que a pessoa bibliotecária desenvolva suas atividades profissionais de modo racional e objetivo, atuando como um elemento norteador para realização de tarefas, orientando a tomada de decisões a respeito da escolha de assuntos na representação temática. A autora também ressalta que essa é uma atividade que deve acontecer no contexto da administração da biblioteca, de modo a refletir os objetivos e valores da instituição e atuar como guia para as pessoas profissionais que atuam nela.

Em relação à estrutura de uma política de indexação, Carneiro (1985) defende que deve conter os seguintes elementos:

- cobertura de assuntos, identificando quais são os assuntos centrais e periféricos, ou seja, quais áreas faz-se necessário um maior aprofundamento e quais podem ser tratadas de modo mais superficial;
- seleção e aquisição dos documentos fonte, ou seja, quais são os materiais de interesse por parte dos usuários, identificando a extensão da cobertura e a qualidade dos documentos incluídos no sistema;
- processo de indexação, de modo a identificar qual é o nível de exaustividade (quantidade de termos atribuídos) e de especificidade (profundidade na representação) mais adequados, além da escolha da linguagem mais representativa e a capacidade de revocação e precisão do sistema;
- estratégia de busca, ressaltando se a busca será realizada pelo próprio usuário ou se será delegada ao profissional da informação, e quando delega, se será realizada exatamente como colocado pelo usuário ou se haverá uma interferência do profissional na construção da estratégia;
- tempo de resposta do sistema, ou seja, o tempo que leva entre o recebimento do pedido de informação e a efetiva recuperação de uma resposta satisfatória pelo sistema;
- forma de saída, como os resultados da busca serão apresentados, como por exemplo, em referências bibliográficas, contendo os resumos, número de acessos do documento ou o texto completo;
- avaliação do sistema, buscando determinar se o sistema continua satisfazendo as necessidades informacionais da comunidade usuária e, se houver falhas, de que modo serão corrigidas.

Cumpre destacar que, conforme evidenciado por Rubi (2012), os elementos sistematizados por Carneiro (1985) devem ser compreendidos à luz do contexto histórico em que foram formulados. Produzidos na década de 1980, refletem uma realidade tecnológica das bibliotecas substancialmente distinta da contemporânea. O item referente ao “tempo de resposta do sistema” é ilustrativo dessa circunstância:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

naquele período, o intervalo entre a solicitação de uma busca pelo usuário e a obtenção dos resultados poderia variar consideravelmente em função da profundidade e da especificidade do assunto demandado, uma variável que, com a automação e a recuperação em tempo real dos sistemas atuais, perdeu grande parte de sua relevância operacional.

Guimarães (2000) buscando atualizar os elementos propostos por Carneiro (1985), destaca alguns aspectos apontados pelo autor como complementares ao estudo sobre política de indexação. Entre eles, a capacidade de consulta a esmo (*browsing*), que remete à necessidade de que a interface dos sistemas de busca revele, de forma clara e acessível, a estrutura temática que os organiza; e a garantia literária (*literary warrant*), entendida como a capacidade do sistema refletir o conteúdo da documentação que lhe serve de base, tendo no documento seu principal ponto de apoio.

Diante do exposto, faz-se necessário discutir as políticas de indexação examinando as especificidades do ambiente em que elas se aplicam. As bibliotecas universitárias apresentam características institucionais, de acervo e de comunidade usuária que impõem demandas próprias à indexação, tornando necessária uma análise mais detida sobre como esse processo se configura nesse contexto particular, tema que será abordado na próxima seção.

2.3 Indexação em bibliotecas universitárias

A indexação em bibliotecas universitárias é condicionada por uma série de fatores institucionais e contextuais que a diferenciam de outros ambientes documentários. O perfil especializado da comunidade usuária, composta principalmente por pessoas pesquisadoras, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação, a diversidade e a complexidade do acervo, e as exigências de precisão e revocação inerentes às buscas acadêmicas tornam esse contexto particularmente desafiador para o profissional responsável pelo tratamento temático (Fujita; Rubi, 2010).

Nesse contexto, as referidas autoras afirmam que a política de indexação atua como um guia norteador para o bibliotecário no momento de determinar os assuntos de um documento, servindo de subsídio para a organização do conhecimento no catálogo. Esse impacto positivo ocorre a partir de diversos mecanismos, como a minimização da subjetividade, o equilíbrio entre revocação e precisão, consistência e padronização, adequação ao perfil do usuário, visibilidade na recuperação e uso eficiente da tecnologia, a partir da correta indicação dos campos MARC a serem utilizados, por exemplo (Fujita; Rubi, 2010).

Com base nos dados obtidos por protocolo verbal com bibliotecários, chefes de biblioteca, bibliotecários de referência, docentes e discentes de unidades da Rede de Bibliotecas da UNESP, Rubi (2008) propõe que os elementos da política de indexação sejam organizados em três eixos temáticos: indexação, incluindo a capacidade de revocação e precisão, especificidade, exaustividade, formação do indexador, procedimentos de leitura documentária e manual de indexação; linguagem documentária, por meio da escolha da linguagem, consistência e uniformidade, e adequação dos termos; e sistema de busca e recuperação por assunto, a partir da avaliação, campos de assunto do formato MARC, capacidade de consulta a esmo (browsing), estratégia de busca e forma de saída dos dados.

À época, os resultados apontaram que as bibliotecas não dispunham de manual específico para indexação, apenas de manuais de serviço e do Padrão UNESP para catalogação descritiva. A linguagem de indexação que era adotada, o Bibliodata, não atendia de forma satisfatória às necessidades de especificidade da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

maioria das áreas, com exceção de algumas bibliotecas da área de saúde que utilizavam o vocabulário controlado Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) complementarmente. A formação dos profissionais se dava essencialmente na prática, sem cursos específicos de indexação. A ausência de uniformidade nos procedimentos entre as bibliotecas cooperantes gerava disparidades na representação temática que comprometem tanto o trabalho do bibliotecário quanto a recuperação da informação pelo usuário.

Essa falta de uniformidade repete-se em outros contextos, como nas universidades federais. Fujita e Santos (2016) buscaram investigar a política de indexação em bibliotecas universitárias do Sul e Sudeste, identificando sua existência e como os catalogadores a aplicam, classificando as instituições em diferentes estágios de maturidade institucional: completo, parcialmente completo e incompleto com deficiências. A análise revelou que, embora muitas instituições afirmem possuir políticas específicas, a prática cotidiana dos catalogadores frequentemente ocorre sem a devida formalização em manuais, dependendo mais de critérios individuais do que de normas coletivas. O texto conclui que a ausência de educação continuada e de avaliações periódicas nos catálogos compromete a consistência do tratamento temático da informação, sugerindo a necessidade de instrumentos de gestão mais robustos para otimizar a interação entre o usuário e o sistema de busca.

Em uma perspectiva diferente, Garcia e Redigolo (2018) discutiram a importância e identificar a existência de manuais e políticas de indexação em bibliotecas universitárias federais do Norte e Nordeste. Por meio da aplicação de um questionário, as autoras puderam identificar que cerca de 75% das instituições respondentes afirmaram possuir uma política de indexação, normalmente elaborada pelos profissionais envolvidos com o processamento técnico do material. Todas as instituições que possuem política afirmaram realizar avaliações da mesma, embora a frequência varie de seis meses a dois anos, ou ocorra sempre que necessário. Em relação à educação continuada nesse sentido, apenas duas instituições afirmaram receber treinamentos específicos para indexação, sendo a escassez de recursos financeiros a principal barreira citada pelas restantes.

Em relação aos manuais de indexação, documentos considerados mais completos e que possuem elementos para além da política de indexação, como contextualização da instituição, do público-alvo, composição do acervo, definições de indexação e de leitura documentária, destacam-se o Manual de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp, publicado em 2014, e o concebido pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, elaborado em 2018.

O Manual de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp, coordenado pela professora Mariângela Spotti Lopes Fujita (2014), é um documento gerencial e técnico que visa uniformizar o tratamento temático da informação em toda a rede da instituição. O material é composto fundamentalmente por três partes principais: definição dos principais elementos da política de indexação, como público-alvo, níveis de exaustividade e especificidade, consistência e avaliação; procedimentos de indexação, apresentando principalmente o Modelo de Leitura Documentária e como ele permite a identificação dos principais conceitos do objeto de informação; a apresentação do instrumento de indexação, a Linguagem UNESP, caracterizando a construção da linguagem controlada, a gestão do catálogo de autoridades e a forma de atualização, sempre participativa.

Do mesmo modo, o Manual de Política de Indexação para as Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás (UFG), publicado em 2018, é um instrumento normativo que estabelece parâmetros comuns para o tratamento temático da informação em toda a rede de bibliotecas da instituição, visando garantir a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

uniformidade e a consistência do catálogo. O documento também prevê a definição dos elementos principais da política de indexação, como a cobertura temática do acervo, os níveis de exaustividade e especificidade adotados e apresentação do sistema automatizado utilizado pelas bibliotecas, o Sophia. Em seguida, o Manual apresenta quais são os procedimentos adotados no processo de indexação, como exame do documento, identificação e seleção; a apresentação das linguagens controladas utilizadas como fontes documentárias; e por fim, a gestão do catálogo de autoridades, trazendo definições sobre importação e criação de registros, além de propostas de revisões e alterações.

Em relação ao SIBi-UFSCar, a importância da construção de procedimentos técnicos padronizados sempre foi de grande relevância, levando a gestão do Sistema a adotar a concepção de uma coordenação técnica para tratar o tema, a partir da criação da Câmara Técnica em Tratamento da Informação, que se tornou o órgão responsável pela mediação entre as decisões teóricas e a realidade da equipe de catalogadores. A construção da Câmara e os documentos que resultaram de suas discussões serão melhor apresentados nas próximas seções.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, caracterizada como um relato de experiência de cunho descritivo. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é uma abordagem de investigação empírica orientada ao estudo de fenômenos sociais complexos em seus contextos reais, por meio de estratégias indutivas, da análise de significados subjetivos e práticas cotidianas, e da reflexividade do pesquisador e que trabalha fundamentalmente com textos como material empírico, produzidos a partir de entrevistas, observações ou outros registros verbais e visuais.

Enquanto uma pesquisa descritiva, esta segue os pressupostos de Gil (2002) para esse tipo de pesquisa, que afirma que essas investigações possuem como objetivo a descrição de características de determinada população e a relação desses elementos com diferentes variáveis, sendo possível ainda aprofundar-se na natureza dessa relação. Tem-se ainda sua natureza caracterizada como um relato de experiência, que é conceituada por Daltro e Faria (2019) como uma possibilidade de elaboração de narrativa científica em que se contempla processos e produções subjetivas, que atua como “[...] trabalho de concatenação e memória, a elaboração de um acontecido que como vê seu relator, invocando suas competências reflexivas e associativas, bem como suas crenças e posições” (Daltro; Faria, 2019, p. 226).

Contextualmente, o relato de experiência possui como caracterização institucional a biblioteca universitária. Esses espaços são definidos por Cunha e Cavalcanti (2008) como a unidade informacional que é mantida por uma instituição de ensino superior e tem como público-alvo as necessidades informacionais do corpo docente, discente e administrativo de modo a apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, descreve-se o processo de elaboração do Manual de Indexação do SIBi-UFSCar, a partir da prática, pela experiência das bibliotecárias responsáveis pelo processamento técnico dos materiais informacionais e também da teoria, considerando o embasamento teórico da área.

Este relato de experiência foi desenvolvido no âmbito do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de São Carlos (SIBi-UFSCar), instância responsável pela formulação e articulação das políticas de gestão administrativa e informacional da instituição, em suporte às atividades acadêmicas, científicas e extensionistas da UFSCar.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

Instituído em 2014, o SIBi-UFSCar estrutura-se em órgãos colegiados, técnicos e operacionais, a saber: Conselho do SIBi (Co/SIBi), Comitê Gestor (CG), Câmaras Técnicas (CT), Diretoria, Divisão de Tecnologia e Difusão da Informação (DiTDI), Departamento de Produção Científica (DePC) e Departamento de Produção Gráfica (DePG). Integram ainda o sistema as Bibliotecas vinculadas a quatro dos cinco *Campi* da Universidade: Biblioteca *Campus* Araras (B-Ar), Biblioteca *Campus* Lagoa do Sino (B-LS), Biblioteca *Campus* Sorocaba (B-So) e Biblioteca Comunitária (BCo), sediada no *campus* São Carlos.

No que diz respeito às CTs, estas constituem-se enquanto órgãos de assessoramento técnico de caráter definitivo ou temporário, criados para atender demandas específicas conforme a área temática que motiva sua constituição. Entre as atribuições dessas instâncias, destacam-se: a realização de estudos e análises sobre legislações, normas, fluxos e procedimentos; a elaboração de pareceres e notas técnicas; e a formulação de sugestões e recomendações voltadas ao aprimoramento contínuo do sistema.

Cada CT é composta por servidores do SIBi-UFSCar, podendo integrar também representantes convidados de outras unidades da Universidade com atuação relacionada à temática em questão. Essa composição plural e colaborativa favorece uma abordagem interdepartamental na identificação de problemas e na construção de soluções. O relato de experiência aqui exposto concerne à atuação da Câmara Técnica do Tratamento da Informação (CT-TI), que possuía como missão a padronização de procedimentos e diretrizes de modo a auxiliar os bibliotecários no processo de catalogação e indexação e na tomada de decisões análogas a questões semelhantes. Mais especificamente, o contexto de produção do Manual de Indexação que foi concebido no âmbito da referida Câmara, contexto este apresentado a partir da próxima seção.

4 O MANUAL DE INDEXAÇÃO DO SIBI-UFSCAR

4.1 Elaboração

Inicialmente, cumpre apresentar o histórico da indexação no âmbito das Bibliotecas da UFSCar. Em 2006, o primeiro *software* automatizado utilizado pelas unidades - que inicialmente eram apenas a BCo e, posteriormente, a B-Ar - foi o *Personal Home Library* (PHL), uma iniciativa brasileira que, a partir da plataforma ISIS, administra coleções de bibliotecas por meio do padrão de registro UNISIST/UNESCO. Durante esse período, foi desenvolvida a “IndBCo”, uma lista de palavras em que eram registrados os termos de indexação utilizados no momento da representação temática dos recursos. Embora a ideia fosse sempre conferir primeiro nessa lista o termo mais similar ao que se pretendia adotar, ela não poderia ser denominada um tesauro, uma vez que não havia nenhuma relação entre os termos, como, por exemplo, relações hierárquicas e associativas, além de nenhuma nota a respeito do uso desses termos, como termos preferidos ou não preferidos.

Também não havia um manual sistematizado com informações como: o procedimento para indexação, quais critérios deveriam ser considerados na escolha dos termos, a quantidade de termos para cada obra catalogada, entre outros. A ausência de diretrizes sobre isso impactava nos resultados da busca no catálogo gerando:

- inconsistência terminológica: formas diferentes do termo para o mesmo assunto, sem que houvesse remissiva, como Inovação tecnológica, Inovações tecnológicas, Tecnologia - inovação, Inovação - tecnologia.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

- variação entre indexadores: em um registro apareciam 20 termos, enquanto em outro registro semelhante eram identificados apenas três termos.

Além disso, durante esse período, o sistema utilizava base de dados no padrão CDS/ISIS-Unesco, incompatível com o formato MARC. Sendo assim, o formato MARC21 não era adotado na representação descritiva e temática dos documentos.

Em 2014, juntamente com a criação do SIBi-UFSCar e, à altura, já com outras duas Bibliotecas em funcionamento (B-So e B-LS), houve a aquisição da assinatura do *software* Pergamum, um sistema informatizado desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e que opera com o formato MARC21 e é compatível com bancos de dados *Oracle*, *SQL Server* e *Sybase*. O crescimento do SIBi com as novas Bibliotecas e novos bibliotecários, essa mudança de sistema e, consequentemente, exigência de treinamento e adaptação a novos formatos, motivou uma proposta inicial de uma Política de Indexação, em que seria possível padronizar processos de representação descritiva e temática, além de linguagens controladas utilizadas e tomadas de decisão análogas em situações congêneres nas diferentes unidades. Houve inclusive uma capacitação realizada por dois bibliotecários do SIBi que já tinham conhecimento sobre o *software* Pergamum e a importância da sistematização de uma política de um manual de indexação. No entanto, a ideia acabou não sendo executada, possivelmente pelo receio e resistência das pessoas envolvidas em muitas mudanças de cultura ocorrendo na mesma fase. Na época da migração para o *software* Pergamum, havia 17.210 registros de autoridade na IndBCo.

Em 2017, há a criação da Câmara Técnica de Tratamento da Informação e Indexação (CT-TI), composta por ao menos duas bibliotecárias de cada unidade que compunha o SIBi-UFSCar e que necessariamente atuavam no processamento técnico dos materiais. O propósito inicial da Câmara era elaborar um Manual de Catalogação, composto pelas principais regras do AACR2 a serem seguidas no momento da catalogação do material, incluindo também decisões internas e campos MARC para cada informação, inclusive os campos de assunto.

Esperava-se que nesse documento de Política de Catalogação também estivessem dispostas as premissas a respeito da indexação. No entanto, percebeu-se durante as discussões do grupo que isso não seria possível - era necessário elaborar um documento separado, uma Política de Indexação.

Nesse sentido, em 2021, a CT-TI propôs a criação de dois grupos de trabalho de caráter permanente: um Grupo de Trabalho para Indexação (GT-I) e um Grupo de Trabalho para Catalogação (GT-C), cujos trabalhos ocorrerão em paralelo, mas interconectados, sendo as coordenações e propostas de trabalhos diferentes, respeitando as especificidades de cada tratamento.

Assim, o GT-I constituiu-se fundamentado na padronização e normatização da representação temática do acervo das Unidades de Informação do SIBi-UFSCar, a partir da elaboração de documentos que pudessem servir como norteadores desses processos e que se apresentassem enquanto fonte de pesquisa para os servidores no momento de questionamentos referentes a essas atividades e para novos servidores que passem a desenvolver esses procedimentos.

Considerando que a catalogação descritiva estava contemplada pelo formato MARC21 e pelo AACR2 e pela ausência de diretrizes sobre a indexação, pois não havia mais a IndBCo nem nenhum outro manual, ficou decidido que a primeira ação do GT-I seria a elaboração do Manual de Indexação do SIBi.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

Durante o ano de 2021, ainda durante a pandemia em que as bibliotecas permaneciam fechadas, foram realizadas reuniões *online* periódicas para a discussão e elaboração do Manual. Houve apresentação de materiais teóricos e normativos para leitura e apoio nas discussões, bem como foram levantadas questões da prática diária do processo de indexação. Esses encontros foram importantes para que cada bibliotecário que fazia a catalogação e a indexação pudesse trazer problemas ocorridos, fazendo o GT-I pensar sobre possíveis soluções em conjunto.

Foi criado um documento coletivo para que todas as pessoas pudessem registrar e acompanhar a evolução do Manual.

Em 2022, o Manual de Indexação foi finalizado pelo GT-I e levado para apreciação da Direção do SIBi-UFSCar, com aprovação em reunião do Comitê Gestor do Sistema em março daquele ano.

Em seguida, foi feita uma reunião com todas as pessoas bibliotecárias catalogadoras que também fizeram a indexação em que coordenadora do GT-I apresentou o Manual de indexação e a forma como ele deveria ser adotado a partir daquele momento.

Na próxima seção, será apresentada a estrutura do Manual de Indexação do SIBi-UFSCar bem como os seus principais critérios.

4.2 Estrutura e diretrizes

O Manual de Indexação foi dividido nas seguintes seções: capítulo introdutório com as definições e objetivos; o capítulo 2 apresenta as informações institucionais, com o contexto do surgimento da UFSCar e do SIBi-UFSCar; o capítulo 3 é o cunho teórico e apresenta os conceitos e as definições do processo de indexação, o Modelo de Leitura descrito por Fujita (2011) para melhor realizar esse processo e os elementos de política de indexação descritos por Carneiro (1985). O quarto capítulo contém o histórico dos sistemas e linguagens de indexação utilizados pelas unidades de informação no âmbito da UFSCar e a descrição dos elementos da política de indexação do SIBi-UFSCar, como a descrição dos usuários das unidades de informação, critérios de exaustividade e especificidade e as linguagens documentárias utilizadas como controle de vocabulário. No capítulo 5, são apresentadas as diretrizes no Catálogo Pergamum sobre quais campos MARC serão utilizados para a representação dos termos. No sexto capítulo, são apresentadas as diretrizes para a construção do Catálogo de Autoridade de Termos no Pergamum, compreendendo quais campos serão preenchidos e quais são as possíveis formas de importação. O sétimo capítulo institui as informações necessárias para avaliação do sistema e dos termos utilizados para representação temática. Por fim, têm-se as referências utilizadas para elaboração do presente Manual e dois anexos contendo os formulários de alteração ou sugestão de inclusão de termos novos no sistema.

A seguir, serão apresentadas as determinações do Manual relacionadas aos principais elementos de política de indexação:

- Revocação e precisão: o número de descritores será determinado de acordo com a quantidade de diferentes assuntos abordados no item e limitado a: no mínimo: 1 (um); no máximo: 12 (doze) para todo tipo de documento. O bibliotecário catalogador deve indexar cada item tão especificamente quanto o permitam as linguagens descritas a seguir, representando os principais assuntos abordados no documento e considerando as necessidades informacionais representadas nas estratégias de busca dos usuários do catálogo Pergamum. Nos casos em que termos específicos não sejam encontrados, utilizar o termo

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

geral correspondente. Para aumentar o nível de especificidade da indexação, as subdivisões devem ser associadas aos campos de assunto;

- Linguagens documentárias utilizadas: Catálogo de Assuntos da Biblioteca Nacional (BN); Linguagem Controlada da Universidade Estadual Paulista (UNESP), catálogo de autoridades da *Library of Congress*, Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). No entanto, de modo a reforçar e assegurar a garantia literária, foram previstas algumas linguagens específicas para as coleções especiais, como no caso dos acervos de Florestan Fernandes e Luís Carlos Prestes, localizados na BCo e no Espaço HQ com histórias em quadrinhos, localizado na B-So;

- Campos MARC utilizados na representação de assunto no catálogo Pergamum: 600 - Nome pessoal; 610 - Nome corporativo; 611 - Nome de evento; 630 - Título uniforme; 650 - Assunto tópico; 651 - Assunto - Nome Geográfico.

Além disso, os registros de autoridade podem ser consultados pelos bibliotecários no momento da catalogação, dentro do Pergamum, ao atribuir os termos que representam assuntos. Uma lista de registros de autoridades é constituída por uma coleção de termos destinados a representar, de maneira unívoca, o conteúdo dos documentos e das buscas em um dado sistema. Todos os termos devem ser advindos somente das linguagens especificadas. Casos adversos são analisados pelo GT-I.

Cumpre destacar ainda, que o manual foi elaborado segundo o Manual de Acessibilidade digital do SIBi (UFSCar, 2021), atentando-se principalmente para o uso de cores em contraste, alinhamento à esquerda, uso de letras sem serifa e descrição das imagens.

4.3 Resultados e discussões

Em 2022, o Manual de Indexação passou a ser utilizado pelas bibliotecárias catalogadoras das Unidades de Informação do SIBi-UFSCar, sendo parte integrante da rotina de indexação.

Como as bibliotecárias já faziam o processamento e não houve inclusão de novos servidores para realização deste trabalho, não houve necessidade de treinamento específico sobre o uso do Manual, bastando apenas a apresentação realizada.

Com a aplicação na prática, foram feitas adaptações ajustando-se ao uso real, como alteração de telas capturadas para ilustrar passo a passo e inclusão de itens como o Currículo Lattes como fonte de informação para construção de autoridade de pesquisadores brasileiros e o cabeçalho de assunto da *Library of Congress*, para autores estrangeiros.

A implementação também demonstrou a necessidade de correção de registros e a importância do consenso nas discussões sobre a determinação dos termos, uma vez que o catálogo é coletivo e os registros são únicos para todas as bibliotecas.

Inicialmente, foi idealizado um plano para correção linear de todos os termos a partir de uma listagem, mas a execução se mostrou inviável devido ao pouco número de servidores e a outras demandas das Bibliotecas. Uma das ações que aconteceram nesse sentido foi a exclusão de todos os termos que estavam no campo 697 do MARC, destinado à inclusão de termos livres e em que havia muitos termos incluídos anteriormente ao uso do Pergamum. Nesses casos, foi possível a normalização desses termos nos outros campos 600 que dizem respeito aos termos controlados. Atualmente, o catálogo do SIBi-UFSCar conta com 232.734 registros de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

autoridades que estão sendo conferidos e eventualmente corrigidos à medida em que são utilizados na indexação de novos itens.

Conforme Cleveland e Cleveland (2001) e Lancaster (2004), a tradução da linguagem natural para uma linguagem controlada é essencial para reduzir a ambiguidade e exercer o controle de sinônimos, permitindo que o sistema identifique e reúna termos cujos significados se relacionam entre si.

Essa sistematização procura resolver problemas históricos das Bibliotecas, como a inconsistência terminológica, na qual formas variantes de um mesmo termo (como “Inovação tecnológica” e “Tecnologia - inovação”) eram utilizadas sem o devido controle, gerando duplicidades e falhas na recuperação. Ao estabelecer que os termos devem ser advindos de linguagens controladas e específicas, e estruturados de maneira unívoca, o Manual garante que cada autoridade de assunto funcione como um ponto de acesso preciso.

Paralelamente, a indecisão relatada entre determinar o termo mais adequado ou criar novas autoridades para assuntos recentes exemplifica a dependência da especificidade do vocabulário disponível, fator que afeta diretamente a precisão da recuperação da informação. Esses obstáculos práticos demonstram que a política de indexação não deve ser vista como um instrumento estático; ela exige um ciclo de discussões constantes entre os profissionais e uma atualização contínua do manual para acompanhar a evolução do conhecimento e suprir as lacunas terminológicas dos sistemas de representação do conhecimento.

De maneira geral, foram observadas melhorias do processo: maior agilidade na tomada de decisão sobre a escolha dos termos e construções de autoridades consistentes e coerentes com o público-alvo das Bibliotecas da UFSCar. Desde 2022, foram inseridas 12.968 novas autoridades, já de acordo com as instruções do Manual de Indexação.

O volume de novas autoridades criadas amplia o catálogo e valida a eficácia da política de indexação em transformar a subjetividade do bibliotecário em uma representação temática consistente, coerente e tecnicamente amparada pela literatura da Organização do Conhecimento.

Esse resultado prático estabelece diálogo com a teoria de Lancaster (2004), que define a indexação como um processo intrinsecamente subjetivo, uma vez que a identificação e a tradução de conceitos podem variar entre diferentes indexadores ou até mesmo na prática de um único profissional em momentos distintos.

Para diminuir essa variabilidade, a política de indexação do SIBi-UFSCar atuou diretamente na “minimização da subjetividade”, conforme proposto por Fujita e Rubi (2010), ao oferecer um respaldo normativo que orienta o bibliotecário nas etapas de análise e representação, transformando um critério individual e subjetivo em uma norma coletiva e padronizada.

Dessa forma, o Manual cumpriu o papel de sistematizar decisões institucionais que buscam a uniformidade e a padronização do catálogo coletivo. A prática passou a ser pautada por uma construção colaborativa que articula a teoria da área com a realidade cotidiana, garantindo que o Sistema trabalhe de forma coesa e ofereça maior segurança na recuperação da informação para o usuário final.

A experiência prática no SIBi-UFSCar evidenciou que, mesmo com a sistematização de diretrizes, a indexação de obras de áreas complexas como a Filosofia e de temas emergentes continua a apresentar desafios significativos, o que confirma as variáveis de qualidade propostas por Lancaster (2004). A dificuldade observada na aplicação do Modelo de Leitura Documentária em domínios específicos reflete a importância do conhecimento dos assuntos por parte do bibliotecário, uma variável humana para a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

correta análise e síntese conceitual. Quando esses desafios aparecem, há discussão por *e-mail* entre as bibliotecárias sobre a melhor forma de lidar com a situação.

A definição de diretrizes quantitativas no Manual, que estabelece o limite de 1 a 12 descritores por documento, reflete o aspecto da variável "exaustividade" discutida por Carneiro (1985) e Lancaster (2004): enquanto a exaustividade refere-se à quantidade de termos atribuídos para representar a totalidade dos assuntos de uma obra, essa escolha gerencial busca equilibrar a revocação e a precisão, garantindo que o indexador identifique os conceitos principais sem gerar ruídos excessivos no sistema de recuperação.

Além desse aspecto quantitativo, o Manual prioriza a qualidade da representação ao prever o uso de linguagens específicas para coleções especiais, como no caso dos acervos de Florestan Fernandes, Luís Carlos Prestes e do Espaço HQ, visando fortalecer a garantia literária (*literary warrant*). Este conceito, conforme destacado por Guimarães (2000), diz respeito à capacidade do sistema de organização do conhecimento de refletir fielmente o conteúdo e a terminologia da documentação de base.

Ao utilizar linguagens de indexação que respeitam a natureza desses acervos específicos, o Sistema visa cumprir sua função de mediação de forma mais fidedigna, assegurando que a representação temática seja sustentada pelo próprio documento e atenda às necessidades específicas de pesquisa de sua comunidade usuária.

Uma das propostas no Manual é o contato frequente entre os bibliotecários do Serviço de Referência e os profissionais do Processamento Técnico, garantindo que os termos utilizados pelos usuários e aqueles que não atendem às suas necessidades cheguem devidamente à área técnica responsável pela representação de acervos. Além disso, posteriormente à organização do Manual, o SIBi-UFSCar organizou um Estudo de Usuário para conhecer melhor sua comunidade, obtendo resultados que podem complementar essas informações (UFSCar, 2025).

Essas situações demonstram a necessidade de atualização contínua da equipe, equilibrando a prática com a teoria e que isso se reflita no Manual de Indexação e na sua melhoria contínua. Nesse contexto, a equipe tem participado de cursos formativos em Catalogação e se organizando para propor uma atualização do Manual, contemplando elementos do supracitado Estudo de Usuários, por exemplo. Dessa forma, ele sempre será um recurso ao qual o profissional bibliotecário pode recorrer, pois alimentará sua prática e será alimentado por ela.

Além da contribuição prática, própria de um relato de experiência, consideramos que há contribuição científica deste estudo para Organização do Conhecimento ao sistematizar um modelo metodológico que integra os fundamentos teóricos clássicos às demandas contemporâneas de representação temática em catálogos de bibliotecas universitárias. Ao documentar o processo de elaboração do Manual de Indexação do SIBi-UFSCar, o relato fornece evidências empíricas sobre como a política de indexação atua como um instrumento de mediação entre a subjetividade intrínseca do indexador e a necessidade de consistência nos catálogos.

O nosso estudo valida a importância e a perenidade das variáveis propostas por Carneiro (1985) e Lancaster (2004), demonstrando que elementos como **e**xaustividade, especificidade e controle de vocabulário continuam sendo os pilares da representação temática, desde os catálogos em fichas até os automatizados *online*. Observou-se que a aplicação dessas variáveis, traduzidas em normas institucionais, resultou na criação de 12.968 novas autoridades consistentes, o que comprova a eficácia da linguagem controlada em reduzir a ambiguidade e controlar sinônimos na prática bibliotecária.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

Além disso, o presente estudo reforça a dimensão institucional e cultural da indexação defendida por Fujita (2012) quando demonstra que a OC não é uma tarefa técnica isolada, mas um processo social e colaborativo mediado por instâncias como a CT-TI, que articula os objetivos do SIBi-UFSCar às necessidades da comunidade usuária. Essa abordagem transforma o bibliotecário de um mero executor de regras em um gestor do conhecimento que assegura a garantia literária (*literary warrant*), como por exemplo, ao adaptar vocabulários para coleções especiais, garantindo que o sistema reflita fielmente o conteúdo da documentação de base.

Outra contribuição científica relevante é a proposição de um fluxo de retroalimentação entre o processamento técnico e o serviço de referência. Ao sugerir que a política de indexação seja alimentada pelas estratégias de busca e percepções dos usuários, o estudo avança na compreensão da Organização do Conhecimento como um ciclo contínuo de avaliação e ajuste, permitindo que o documento e o usuário interajam como sujeitos ativos no processo de recuperação da informação.

Por fim, o valor científico deste relato de experiência também reside na sua capacidade de replicabilidade. Ele oferece um roteiro metodológico que serve de referência para que outras instituições sistematizem suas próprias políticas, contribuindo para a padronização e interoperabilidade dos sistemas de informação no cenário nacional. Assim, a pesquisa não apenas descreve uma prática, mas consolida a política de indexação como um objeto científico essencial para a gestão da representação temática na Ciência da Informação.

5 CONCLUSÃO

Nosso objetivo foi relatar e analisar o processo de elaboração coletiva de um manual de indexação voltado à prática bibliotecária do SIBi-UFSCar.

Dessa forma, consideramos que essa experiência foi importante para o SIBi-UFSCar para a consolidação de um processo muitas vezes negligenciado nas bibliotecas universitárias: a indexação e, consequentemente, a política de indexação.

A elaboração em conjunto do Manual de Indexação que refletisse a prática embasada na teoria da indexação proporcionou aderência aos novos processos por parte das pessoas bibliotecárias. Isso foi importante para que o sistema trabalhasse de forma coesa em busca do objetivo comum: segurança nas decisões tomadas que refletiram na recuperação da informação no catálogo Pergamum.

Acreditamos que, por se tratar de uma experiência em um sistema de bibliotecas universitárias que também se baseou em outras bibliotecas da mesma natureza, esse relato poderá ser utilizado como elemento encorajador para outras bibliotecas trabalharem na elaboração e na implantação de manuais de indexação que reflitam as suas diretrizes sobre política de indexação.

É importante ressaltar que o Manual de indexação publicado não encerra os trabalhos de estudo sobre o tema, tanto do aspecto prático quanto do teórico. É preciso que o manual seja um elemento a ser sempre revisitado e atualizado para acompanhar novas práticas que surgirem, atualizações dos softwares utilizados e público-alvo da biblioteca. Nesse sentido, faz-se necessária a revisão periódica do Manual bem como treinamentos e cursos de capacitação contínua para as pessoas que o utilizam.

Como etapa futura, pretende-se realizar estudos de usuários com o objetivo específico de verificar a percepção das pessoas usuárias das Bibliotecas do SIBi-UFSCar quanto à recuperação da informação no catálogo Pergamum, buscando assim conhecer cada vez melhor quais são os termos utilizados pela comunidade

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

usuária e atendendo de modo cada vez mais fidedigno às suas necessidades informacionais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 2026.

BORKO, Harold; BERNIER, Charles L. **Indexing concepts and methods**. New York: Academic Press,1978.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523. Acesso em: 9 jun. 2026.

CLEVELAND, Donald; CLEVELAND, Ana D. **Introduction to indexing and abstracting**. [*S. l.*]: Libraries Unlimited, 2001.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43015/29726. Acesso em: 11 jun. 2026.

EVANGELISTA, Isadora Victorino. **A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação**: aspectos conceituais e deontológicos. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219. Acesso em: 9 maio 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28. DOI: https://doi.org/10.7476/9786559541300. Acesso em: 9 jun. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes *et al*. Linguagem de indexação e linguagem documentária são sistemas de organização do conhecimento? Uma análise bardiana da variação terminológica. **Scire**, Zaragoza, v. 24, n. 2, p. 23-33, jul./dic. 2018. Disponível em: https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/4577/3918/6777. Acesso em: 14 ago. 2026.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **RDBCI**: Revista Digital de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 7, n. 2, p. 110-129, 2010. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v7i2.1960

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, 59-76, jan./abr. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016002800005

GARCIA, Valdenice César.; REDIGOLO, Franciele Marques. Política de indexação em bibliotecas universitárias federais das regiões Norte e Nordeste: um estudo diagnóstico. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 1345-1359. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27708. Acesso em: 10 jun. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. *In*: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52. Disponível em: https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Tecnologia-e-conteudos.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; DIAS, Célia da Consolação; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Subsídios teórico-metodológicos para a construção de vocabulários controlados: Theoretical-methodological subsidies for the controlled vocabularies. *In*: SIMÕES, Maria Graça; LIMA, Gercina Ângela de (coord.). **Do tratamento à organização da informação**: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. p. 193-242. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1944-6

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria das Graças Melo. **Indexação por assuntos**: princípios gerais e normas. Lisboa: Gabinete de estudos, 2002.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/210163. Acesso em: 09 jun. 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. **Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp**. São Paulo: UNESP, 2014. Disponível em: http://www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/Manual-politica-indexacao/#28. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Sistema de Bibliotecas. **Manual de política de indexação para as bibliotecas da UFG**. Goiânia: UFG, 2018. Disponível em:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18073

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SIBi_UFG.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar**. São Carlos: UFSCar, 2021. Disponível em: https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/versao-final-do-guia-para-producao-de-documentos-e-conteudos-digitais-acessiveis-para-o-sibi-1-4.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Relatório do projeto Estudo de uso e usuários do SIBi da UFSCar**. São Carlos: UFSCar, 2025. Disponível em: https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/estudo-de-usuario-relatorio-oficial-atualizado-2025.pdf. Acesso em: 8 jul. 2026.

Declaração de contribuição dos autores

Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Software, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original: LIMA, G.A

Declaração de conflito de interesse

Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Não aplicável.

Declaração de uso de IA

Declaro que o uso de ferramentas de Inteligência Artificial neste manuscrito foi estritamente instrumental, devidamente declarado, e que assumo integral responsabilidade humana pelo conteúdo, argumentos e conclusões apresentado

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.